

Concurso *Arquiteto Euclides Oliveira conclui projeto Bairro Novo, com apoio do Sinaenco. Página 2*

Quero Mais Brasil *Movimento conta com o apoio de 168 entidades, entre elas, o Sinaenco. Página 3*

Enquete *Voce é a favor da realização de concursos para projetos arquitetônicos? Para votar, entre no site: www.sinaenco.com.br*

Sustentabilidade: o sucesso continua



Novos estudos, desenvolvidos na Bahia, em março, e em Santa Catarina, em abril, confirmam a repercussão na mídia e na sociedade da campanha de manutenção promovida pelo Sinaenco desde junho de 2005. Os próximos estudos serão apresentados à imprensa do Rio Grande do Sul e do Ceará. Em setembro, será entregue dossiê com os resultados da campanha a autoridades federais, estaduais e municipais.

Páginas 4 e 5

Sinaenco atinge a maioria, com reconhecimento



O Sinaenco, Sindicato do Projeto, foi fundado em 1988 e alcança reconhecimento nacional, após uma trajetória de lutas bem-sucedidas em defesa do setor de arquitetura e engenharia consultiva. A entidade, com presença em todas as regiões brasileiras, continua a desenvolver campanhas pela valorização do projeto, a favor de investimentos em manutenção da infra-estrutura e contra práticas irregulares de contratação de projetos.

Encarte

“O Confea fará ações integradas para alcançar seus objetivos”



A atualização do sistema Confea/Creas, visando principalmente às políticas públicas nos segmentos abrangidos pelo Conselho. Esta é a opinião do presidente do Confea, engenheiro **Marcos Túlio de Melo.** Página 6



Pregão Eletrônico

Sindicato desenvolve ações contra o uso do método para contratação de projetos. TCU segue na mesma linha e veta uso do pregão para contratar serviços de A&EC. Página 8

Com apoio do Sinaenco, arquiteto Euclides Oliveira entrega projeto Bairro Novo



A cidade de São Paulo contará, neste mês de junho, com o projeto básico do chamado Bairro Novo, área de cerca de 1 milhão de m², que visa à revitalização do bairro da Barra Funda, zona oeste paulistana. O projeto é de autoria do arquiteto **Euclides Oliveira**, em conjunto com Carolina de Carvalho e Dante Furlan,

que venceu em 2004 o concurso nacional de arquitetura promovido pela prefeitura paulistana, por intermédio da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano (Sempla) e da Empresa Municipal de Urbanização (Emurb), e organizado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento de São Paulo (IAB/SP).

Após desenvolver quase todo o projeto básico, o arquiteto passou por um longo período de divergências com a nova gestão municipal. “A prefeitura suspendeu os pagamentos ao escritório devido a interpretações equivocadas sobre sua real utilidade para a cidade e, após a divulgação pelo Sinaenco desses problemas e da importância da proposta para São Paulo, a prefeitura retomou o desenvolvimento do projeto”, diz Oliveira.

Segundo ele, essa iniciativa do Sinaenco foi “fundamental” para sanar as divergências entre as partes. O Sindicato também considera que a retomada dos serviços pela prefeitura é uma ação digna de elogios, por reconhecer a importância do projeto para a cidade e do trabalho do escritório de Euclides Oliveira, que também venceu, em maio último, o concurso nacional de arquitetura para o “Monumento aos Lanceiros Negros”, no Parque Farroupilha, em Porto Alegre. ■

que venceu em 2004 o concurso nacional de arquitetura promovido pela prefeitura paulistana, por intermédio da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano (Sempla) e da Em-



NOTAS DAS REGIONAIS

■ **Arquitetura bioclimática** - O Sinaenco/PE, por meio do convênio com a instituição alemã BFZ (Centros de Formação Profissional das Associações Empresariais da Baviera), promoveu, de 10 a 17 de maio, uma visita técnica à Alemanha na área de arquitetura bioclimática. Os arquitetos Marcos Castro e Luiz Neves, diretores de Arquitetura do Sindicato, conheceram diversos projetos na área, tais como moradia ecológica e socialmente adaptada, renovação e construção de prédios nos aspectos de redução dos custos de energia e utilização de materiais biológicos, entre outros.

■ **Qualidade** - O Sinaenco/PE está capacitando 20 pequenas empresas do setor de A&EC dentro do contexto do Programa Pernambucano de Qualidade em Obras Públicas (ProperQ). A entidade fechou parceria com o Senai e o Sebrae/PE para implantação evolutiva (níveis “D” e “C”) do Sistema de Gestão da Qualidade, que passará a ser exigido, a partir de julho, para processos de licitação e contratação de serviços de engenharia e obras estaduais. O Senai entrou com a consultoria e 33% dos custos, o Sebrae está arcando com 47% do investimento e as empresas assumiram ape-

nas 20% do valor. O projeto está na fase da consultoria individualizada em cada empresa e a meta é concluir os trabalhos até dezembro próximo.

■ **Luta contra o pregão** - Em sua luta permanente contra o pregão para contratação de serviços de A&EC, o Sinaenco/SP apresentou impugnação aos seguintes certames: Pregão nº 026/2006 do Sebrae; Pregão 13.918/06 da Sabesp; e Pregão nº 41495297 do Metrô de São Paulo. Em relação a impugnações indeferidas anteriormente, o Sinaenco decidiu impetrar mandado de segurança contra a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), por conta do Pregão nº 1.92.2006.0580, que está em tramitação na Justiça.

■ **Engenharia de valor** - O Sinaenco/MG foi um dos promotores do Seminário Internacional de Engenharia e Análise do Valor, realizado em 19 de maio, em Belo Horizonte. O ponto central do encontro foi o debate sobre a gestão do valor e custos, por meio da aplicação da análise do valor em projetos, processos, produtos e serviços. Além das palestras, houve apresentação de casos de sucesso com aplicação da análise do valor em empresas do setor público e privado.

Informações: tel. (31) 3235-1537.

■ **Novos convênios** - Assinado Contrato de Prestação de Serviços entre o Sinaenco/MG, Sindicato da Construção Pesada no Estado de Minas Gerais (Sicepot/MG) e a LBM - Representação Comercial de Produtos e Serviços, Consultoria e Assessoria de Negócios. Esse contrato objetiva a prestação de serviço e estabelece critérios e condições para a elaboração e gestão de projetos de pesquisa tecnológica e o desenvolvimento de extensa gama de atividades: realização de levantamento prospectivo de oportunidades de financiamento para projetos, junto aos órgãos de fomento à pesquisa, especialmente Fapemig, CNPQ e Finep; realização de avaliação de temas de interesse do DER/MG, Sinaenco e Sicepot e que poderão ser transformados em propostas de projeto e pesquisa tecnológica; elaboração de propostas de projeto e pesquisa, em formatação padronizada, de acordo com editais específicos, utilizando informações técnicas fornecidas por pessoal especializado do DER/MG, Sinaenco e Sicepot, sob a responsabilidade da LBM; confecção de formulários padronizados para os projetos, de acordo com as exigências dos órgãos de fomento; prestação de suporte à equipe dos projetos para elaboração dos respectivos “currícula” na “Plataforma Lattes”; realização de palestras e cursos de curta duração para capacitar a equipe do DER/MG na elaboração de novas propostas e projetos, na produção de relatórios parciais e na gestão dos projetos aprovados pelos órgãos de fomento; e a implementação de metodologia de acompanhamento/gestão dos projetos de pesquisa aprovados.

SINAENCO

Diretoria Nacional: **José Roberto Bernasconi** (presidente), **Luiz de Gonzaga Bompastor** (VP de Gestão e Assuntos Institucionais), **Antonio César Bastos** (VP de Administração e Finanças),

Roberto Lemos Muniz (VP de Ética e Proteção à Consultoria), **João Alberto Viol** (VP de Engenharia), **José Eduardo Tibiriçá** (VP de Arquitetura), **João Coelho da Costa** (VP de Ciência e Tecnologia), **Alexandre Miguel López** (VP de Relações Trabalhistas e Assuntos Intersindicais) e **Antonio Othon Pires Rolim** (diretor Executivo)

Consulta é uma publicação do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva.
Rua Marquês de Itu, 70 3º andar CEP 01223-000 São Paulo SP tel.: (11) 3123-9200 fax: (11) 3120-3629
site: www.sinaenco.com.br e-mail: sinaenco@sinaenco.com.br

Editora Mandarin: **Silvério Rocha** - MTb 15.836 (jornalista responsável e editor) e **Rodrigo Prada** (reportagem e redação)

Projeto Gráfico e diagramação: **Juca Zaramello** Ilustrações: **Filipe Rocha** Fotolitos e impressão: **Indusplan**

Tiragem desta edição: 8.500 exemplares

Sustentabilidade, com base em bons projetos

A campanha do Sinaenco pela sustentabilidade do ambiente construído, ou seja, pela manutenção do patrimônio público erigido pelas gerações passadas, teve mais duas etapas bem-sucedidas: em Salvador, na Bahia, e em Florianópolis, Santa Catarina. Nessas duas importantes capitais brasileiras, o alerta lançado pelo nosso Sindicato teve ampla repercussão na mídia, com cobertura de praticamente todos os mais importantes veículos de comunicação locais e, também, nacional. Assim, obteve enorme repercussão na sociedade e, por decorrência, entre os formadores de opinião e responsáveis pelos órgãos públicos encarregados de desenvolver ações de manutenção da infra-estrutura baiana e catarinense.

É importante salientar que esses dois eventos, que se seguem aos também muito bem-sucedidos realizados em São Paulo e Recife, em 2005, terão continuidade nos próximos meses no Rio Grande do Sul, Ceará, Minas Gerais e no Rio de Janeiro. O objetivo principal é o de alertar governantes e a sociedade, pela mídia, sobre a necessidade de prevermos recursos orçamentários permanentes para a rubrica manutenção, se queremos legar em boas condições às futuras gerações o que recebemos de nossos antecessores. Essa iniciativa do Sinaenco já obteve resultados em São Paulo, cuja prefeitura da capital está restaurando, por exemplo, o viaduto Orlando Murgel Branco e a ponte Cidade Jardim, numa ação da Secre-

taria de Infra-Estrutura Urbana digna de aplauso e que, esperamos, deve servir de exemplo a outros órgãos públicos, em São Paulo e no país.

No périplo que o Sinaenco tem feito pelos Estados brasileiros em defesa da manutenção da infra-estrutura, uma questão é sempre destacada: a importância de um bom projeto para a execução de uma boa obra. Nesse sentido, as ações e a pregação que o Sinaenco vem promovendo contra o uso do pregão eletrônico bem como o critério do menor preço para a contratação de projetos para obras públicas, que somam cerca de 25 pedidos de impugnação, mandados de segurança e representações, visam justamente a garantir a qualidade e a durabilidade das obras públicas. O projeto contratado pelo menor preço em geral acaba sendo um desserviço à sociedade, pois o resultado desses projetos tende a ser sofrível. Pregão é bom para bens e serviços comuns, o que não é o caso de projetos de arquitetura e engenharia, que exigem inteligência específica e têm elevado grau de complexidade.

Já na agenda positiva, o Sinaenco tem participado do chamado Diálogo Serviços, liderado pela Federação do Comércio de São Paulo e que pretende auscultar as empresas brasileiras dos vários segmentos do comércio e de serviços (engenharia e construção, fretes, distribuição, financeiros, seguros, jurídico-legais etc.) para identificar riscos e oportunidades

em decorrência das negociações internacionais no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), na Rodada de Doha, e nos diversos foros bi e multilaterais.

São previstos avanços no capítulo de produtos agrícolas, com a redução de subsídios e tarifas por parte da União Européia e dos Estados Unidos, mas a contrapartida exigida poderá ser a redução de tarifas de importação de bens industriais, bem como a maior abertura no setor de serviços. O objetivo do Diálogo da Fecomércio é, assim, gerar propostas e recomendações das empresas que servirão de apoio aos representantes brasileiros para seu posicionamento à mesa de negociações internacionais.

Como último ponto, cabe ressaltar que, no campo internacional, a atitude do governo Evo Morales com certeza não contribui para gerar a confiança dos empreendedores para investimentos na Bolívia e torna obrigatória, para o governo brasileiro e aos empresários do setor, análise muito acurada e cuidadosa do risco e da oportunidade da implantação do megagasoduto sul-americano, proposto pela Venezuela. ■

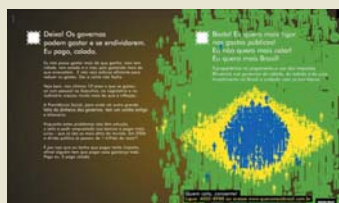

José Roberto Bernasconi,
Presidente



TRANSFOTO

Menos tributos, melhores serviços públicos

Despertar a consciência de toda a população brasileira para a sua condição de contribuinte, portanto com plenos direitos à cidadania econômica é, segundo o presidente do Sinaenco, engenheiro José Roberto Bernasconi, a meta principal do movimento "Quero Mais Brasil". Com cerca de dois meses de seu lançamento, o movimento já conta com o apoio de 168 entidades associadas, entre elas o Sinaenco. Movimento apartidário, sua proposta é apontar alternati-



vas que levem à construção de um país mais justo, pautado pela ética, transparência e gestão eficiente dos negócios públicos e privados, afirmam os organizadores. Para Bernasconi, a consciência de que todo

bem consumido embute um tributo poderá levar as pessoas a passarem a exigir sua contrapartida em direitos, com o acesso a serviços e produtos de qualidade. Participam do Quero Mais Brasil, entre outras entidades, o Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Infor-

mações e Pesquisas (Sescon) de vários estados e cidades (AM, DF, ES, MS, PR, RJ, RN, RR, RS, SC, SP e Santos); a Associação Comercial de São Paulo; a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SP); e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp). Ao lado das lideranças empresariais, a campanha ganhou o apoio na mídia de vários artistas, esportistas e personalidades.

O Movimento entregou à direção da Câmara Federal 1,5 milhão de assinaturas com as reivindicações da campanha. ■

Mais informações no site:
www.queromaisbrasil.com.br

Campanha pela manutenção: ‘Só muda o sotaque’



Depois de São Paulo e Pernambuco, Bahia e Santa Catarina também apresentaram, nos meses de março e abril últimos, estudo sobre a sustentabilidade do ambiente construído em seus principais centros urbanos e em rodovias municipais, estaduais e federais. O presidente do Sinaenco, José Roberto Bernasconi, que acompanhou a apresentação do estudo nos quatro estados, destaca que os problemas detectados são muito parecidos: “Só muda o sotaque”, diz ele. Dentre as patologias mais comuns, encontram-se ferragens expostas, camadas de proteção de concreto degradadas, vegetações surgindo das estruturas, infiltrações e umidade.

A apresentação do relatório da Bahia, que contou com o apoio do Dnit, Derba, Petrobras, Abeor, Abpv e Prefeitura de Salvador, aconteceu em 15 de março último, no auditório da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia (Ufba), em paralelo a um evento sobre a operação tapa-buraco do governo federal e que tinha como título “Prazo de Validade Vencido”, o mesmo da campanha do Sinaenco. “Tentamos popularizar essa questão antes, chamando de vida útil ou conceito de tempo de validade, mas prazo de validade vencido traduz com maior clareza para o público e à mídia o conceito”, explica o professor Luiz Edmundo de Campos, vice-diretor da Escola Politécnica da Ufba. O relatório apontou sete exemplos negativos em viadutos e em um córrego e uma ponte, além do pavimento de quatro rodovias federais (*ver quadro ao lado*), que comprovam falta de manutenção.

O retrato típico da degradação causada pela ação do ar impregnado de salitre, aliada à falta de manutenção permanente, é facilmente visualizado na ponte sobre o rio Jaguaribe, na

orla de Salvador. Apesar de ser a obra mais recente entre as avaliadas, a ponte, inaugurada em 1982, é indicada como ponto mais crítico dentre as analisadas. Membro da comissão do estudo, professor da Politécnica/Ufba e especialista em estrutura, o engenheiro Ademir dos Santos resalta que não é possível dimensionar os riscos de acidentes sem testes mais rigorosos. “Deveriam fazer um reforço para que não haja nenhuma surpresa”, declarou Santos.

De acordo com o superintendente de Urbanização da capital baiana, Adriano Peixoto, a necessidade de fazer reparos na ponte sobre o rio Jaguaribe foi identificada em 2005. “Ainda não fizemos uma intervenção devido à limitação nas verbas destinadas à manutenção da cidade. Estamos buscando captação de recursos no Ministério das Cidades”, afirmou o superintendente em entrevista ao jornal *A Tarde*.

Fora de Salvador, quatro pontos prioritários foram apontados na inspeção visual realizada pelos membros da comissão formada pelo Sinaenco. O péssimo estado de conservação das BRs 101, 116, 242 e 324 foi observado pelos engenheiros durante a inspeção.

Em Santa Catarina, foram vistoriadas obras federais, estaduais e municipais em Florianópolis, Balneário Camboriú, Itajaí, Palhoça e São José. De acordo com o estudo, as três pontes que fazem a ligação da Ilha de Santa Catarina com o continente estão com problemas estruturais, incluindo a ponte Hercílio Luz, o mais co-

nhecido símbolo da cidade de Florianópolis.

Construída no início da década de 1920, essa ponte está totalmente interdita por falta de manutenção desde 4 de julho de 1991. As obras analisadas que apresentam as piores condições são as pontes sobre o canal da Barra da Lagoa (concluída em 1971, tem problemas nos pilares de concreto, completamente deteriorados) e a ponte de acesso ao Bairro Jurerê (de 1976, com a estrutura seriamente comprometida; todos os pilares têm problemas estruturais graves), ambas na ilha.

A apresentação do estudo aconteceu na sede da Associação Catarinense de Engenheiros (ACE) e contou ainda com o apoio do Crea/SC, Sindicato dos Engenheiros, Abes/SC, Abpv/SC, Acecon e IAB/SC. O coordenador do Dnit/SC, João José dos Santos, vê com bons olhos a mobilização. “A manifestação da sociedade organizada ajuda na execução de futuras obras; temos de ficar atentos à manutenção rotineira. Este é o momento de recuperar o tempo perdido”, avalia Santos.



Estudo Bahia

Viadutos:

Nazaré
Marta Vasconcelos
Dos Engenheiros
Fonte das Pedras
Ogunjá
Mascarenha de Moraes

Ponte:

Jaguaribe

Córrego:

Canal rio Cumurugipe

Rodovias:

BR 101
BR 116
BR 242
BR 324



Estudo Santa Catarina

Pontes:

Lagoa da Conceição
Canal da Barra da Lagoa
Rio Tavares
Colombo Salles
Pedro Ivo Campos
Hercílio Luz
Rio Araújo
Canal Jurerê
Rio Camboriu
Rio Itajaí-Açu
Rio Cubatão

Viaduto:

Fúlvio Aducci

Túnel:

Morro do Boi/BR -101

Rodovia:

BR-282

Prédio Público:

Terminal Rita Maria

O secretário de obras de Florianópolis, Aurélio Remor, também aprovou a iniciativa do Sinaenco. “É a hora de apostar em novas culturas como a manutenção de obras, em vez de em novas construções.” Uma semana após a apresentação do estudo à imprensa, o presidente do Departamento Estadual de Infra-estrutura (Deinfra) de Santa Catarina, Romualdo de França, abriu licitação para a recuperação de três das obras apresentadas no estudo.



Entrevistas à mídia na Bahia e em Santa Catarina.

Mídia 100%

As coletivas de imprensa em Salvador e Florianópolis contaram com a presença dos mais importantes veículos de comunicação desses Estados. Na capital baiana o estudo teve cobertura dos três grandes jornais (*A Tarde*, *Correio da Bahia* - principal foto da capa e página inteira, e *Tribuna da Bahia*) e de todas as emissoras de canal aberto da região.

As rádios de maior audiência de Salvador divulgaram extensas matérias sobre o estudo. Em Florianópolis, veicularam reportagens sobre o estudo os jornais *Diário Catarinense*, *A Notícia*, *O Dia*, *Jornal de Santa Catarina* e *O Estado*. As TVs *Globo* (Bom Dia Santa Catarina



Ponte sobre o Canal Jurerê, Florianópolis.

e *Jornal do Almoço*), *Record*, *Bandeirantes*, *SBT*, *São José* e *TV Com* e as rádios *CBN*, *Bandeirantes* e *Guarujá*. Um mês após a divulgação do estudo, a *TV Globo* ainda repercutia os resultados, cobrando posicionamento das autoridades sobre a manutenção das obras. ■

Manutenção é prioridade em orçamento de bairro paulistano

A ausência de verbas específicas para manutenção, em dimensão suficiente para atender às necessidades, sempre foi um dos grandes problemas da região atendida

pela Subprefeitura do Ipiranga, uma das 31 da cidade de São Paulo e que abrange os distritos do Ipiranga, Cur-sino e Sacomã, num total de 426 mil habitantes e 37,5 km² de área. Essa situação, porém, mudou a partir deste ano, de acordo com o subprefeito do

Ipiranga, o engenheiro e fundador do Sinaenco **Plínio Xavier de Mendonça Jr.** “Ficou definido que, a partir de 2006, as verbas destinadas à manutenção de bens públicos seriam aumentadas e centralizadas nas Subprefeituras, em vez de ficar distribuídas pelas secretarias”, explica o subprefeito. Assim, as verbas para manutenção saíram de um patamar próximo de zero

para cerca de R\$ 1,5 milhão, superando também as dificuldades geradas pela dispersão do método anterior. A ideia que moveu a prefeitura paulistana a mudar o sistema, con-



centrando as verbas nas Subprefeituras, foi que essas instâncias, por estarem mais próximas da população e dos problemas, teria maior eficiência na gestão dos recursos e no atendimento às necessidades. Agora, prédios escolares e de saúde, praças e parques, entre outros bens públicos, têm manutenção mais rápida e efetiva, segundo Mendonça Jr. Além disso, avalia ele, a concentração e o aumento das verbas permite realizar manutenção preventiva nas edificações e equipamentos públicos. “Desta forma, a rubrica manutenção passa a ter verbas fixas e institucionalizadas”, finaliza o subprefeito do Ipiranga. ■

Ação integrada, para otimizar objetivos



*O presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), engenheiro civil **Marcos Túlio de Melo**, de 54 anos, é graduado pela Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais e pós-graduado em Engenharia Econômica pela Fundação Dom Cabral, também de Minas. Durante dois mandatos seguidos ocupou a presidência do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais (Crea/MG), de 2000 a 2005. Atuou como coordenador do setor de tecnologia das construções e gerente de manutenção e implantação física da Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais. Também foi responsável técnico e coordenador de obras de implantação física da Universidade Federal de Minas Gerais. De 1995 a 1998,*

participou do Conselho Municipal de Habitação da Prefeitura de Belo Horizonte, da qual foi membro da Junta de Recursos (1999). Em 1998 e 1999, ocupou a vice-presidência do Crea/MG, e foi, de 1995 a 1997, conselheiro federal representando as entidades de classe mineiras. Exerceu a vice-presidência do Confea e, interinamente, a presidência da instituição (1997). No final de 2005 foi eleito presidente do Confea para o triênio 2006/2008, com mais de 26 mil votos. Nesta entrevista, Marcos Túlio explica as principais diretrizes que sua gestão adotará.

• *Quais são os principais desafios da nova gestão do sistema Confea/Crea?*

• Nosso sistema profissional foi criado há 70 anos e muita coisa precisa ser atualizada. Houve avanços importantes, especialmente na representação do sistema profissional na discussão de projetos e na elaboração de políticas públicas. Por isso acredito na necessidade de um projeto que dê continuidade ao processo de avanço iniciado, mas que em alguns aspectos redirecione a ação do Conselho Federal. Nosso maior desafio é promover as mudanças que nos são exigidas, preservando ou aperfeiçoando o que foi realizado de positivo, como por exemplo, o programa de TV que foi criado em 2005 e que discute as melhores experiências com a sociedade. Por outro lado, teremos que caminhar com firmeza rumo às mudanças necessárias, que devem ser decididas a partir de discussões democráticas que nos apontem a melhor direção para conduzir o sistema Confea/Crea. A formação profissional é outra prioridade da gestão Novo Confea. Durante nossa campanha à presidência ouvimos muito essa demanda e por isso apoiaremos as iniciativas das entidades e instituições de ensino para que busquem o aperfeiçoamento profissional. Também recolocaremos na pauta a discussão sobre o ensino, buscando formas efetivas de participação na avaliação de sua qualidade, e os processos de abertura de novos cursos jun-

to ao MEC. Estaremos também estimulando a participação de recém-formados e das mulheres em todos as instâncias do sistema. Isso é uma forma de reconhecer a importância desses segmentos e também de trazer energia nova para as mudanças que serão implementadas.

• *Além dessas atividades, quais outras constarão da pauta de sua gestão?*

• Não podemos esquecer o papel principal do Confea: traçar as diretrizes gerais para o conjunto do Sistema através dos Conselhos Regionais. Além da tarefa de fiscalização - que constitui sua atividade primordial -, fazem parte dessas diretrizes diversos projetos já em andamento, como por exemplo o de Arquitetura e Engenharia Públicas e o de Acessibilidade. Essas ações avançam de forma diferenciada nos diferentes Estados do país, porque precisamos estabelecer procedimentos e realizar treinamentos específicos. Isso é uma tarefa do Conselho Federal que tentaremos implantar por meio de ação integrada, otimizando nossas iniciativas nesse sentido.

• *Como o sr. vê o panorama atual da arquitetura e da engenharia brasileiras frente aos desafios impostos pela conjuntura internacional?*

• O programa de gestão apresentado durante a campanha e eleito pelos profissionais aponta

a necessidade de um redirecionamento de todo o sistema para reposicionar nossa Instituição nos cenários nacional e internacional. Sendo assim, buscaremos a consolidação do Confea como referência da discussão das políticas públicas junto ao governo federal, Poder Legislativo e à sociedade civil. Essa é uma ação macro que repercutirá na valorização de nossas profissões, mas virá acompanhada de ações específicas, que serão democraticamente debatidas com as entidades de classe e instituições de ensino.

• *Quanto ao sistema de pregão eletrônico para a contratação de projetos de arquitetura e engenharia, qual sua opinião sobre essa importante questão para a sociedade brasileira?*

• Com relação à valorização do sistema [de pregão eletrônico], ela será conquistada a partir do momento em que conseguirmos atender às demandas emanadas da sociedade e conseguirmos também mostrar os resultados práticos de nossas ações. Cabe ao sistema profissional, por exemplo, defender o conjunto da sociedade com relação aos interesses de grupos econômicos. Por isso acredito que devemos incentivar o debate e nos posicionar sobre todas as grandes questões nacionais. Além disso, na nossa gestão vamos criar condições internas para promover um choque de gestão, que consiga reduzir a burocracia e agilizar todos os procedimentos internos, buscando a eficiência e a eficácia de nossas ações.

• *A economia brasileira vem patinando há mais de duas décadas com taxas de crescimento medíocres, pouco superiores a 2%, em média. Há, em sua opinião, alternativas de crescimento nas quais as entidades da arquitetura e da engenharia poderiam influir?*

O Confea, assim como as nossas entidades, precisa fortalecer o seu papel de indutor nas discussões sobre os principais temas nacionais, principalmente questões relevantes que estejam ligadas às nossas áreas de atuação. Dessa forma, estaremos contribuindo para melhorar a realidade do nosso país e isso sedimentará o caminho para a elaboração de um grande projeto de desenvolvimento nacional e, por consequência, teremos uma melhora do quadro econômico. ■

O financiamento de obras públicas

Por Adriano Murgel Branco*

Em “Os exuberantes Anos 90”, de 2003, o economista e Prêmio Nobel Joseph E. Stiglitz mostrou com absoluta clareza as graves consequências para as economias de países pouco desenvolvidos advindas da reforma da economia mundial que se iniciou na década de 1980, patrocinada pelo Fundo Monetário Internacional. Nós brasileiros sabemos bem disso, pois classificamos os anos 1980 como a “década perdida”; depois perdemos a década de 1990 e estamos perdendo a de 2000. São 25 anos de um crescimento médio de 2,1%, justificados pelos mais falaciosos argumentos, conduzindo o país para índices baixíssimos de renda “per capita” e altíssimo desequilíbrio na distribuição de renda.

Uma das vítimas mais evidentes dessa política econômica – que perdura nestas duas décadas e meia – são os investimentos em infra-estrutura: o Brasil tem péssimas rodovias, uma rede ferroviária sucateada, um potencial hidroelétrico que já passou por colapso recente, portos importantes que não se modernizaram etc. Mas também é consequência desse rumo a baixa oferta de empregos e, com isso, a inevitável contenção do consumo e do crescimento da oferta de bens.

Vinte e cinco anos de uma implacável política de controle de contas, cujos mecanismos elevam inexoravelmente a dívida interna e consomem toda a poupança nacional no pagamento de juros. Por outro lado, o empobrecimento de vastas camadas da população obriga ao crescente dispêndio com ações de caráter social, que caracterizam hoje o Brasil como uma nação assistencialista e nada desenvolvimentista.

Stiglitz vem repetindo as suas advertências, inclusive agora em Belo Horizonte, onde proferiu “demolidores ataques ao receituário

liberal do Consenso de Washington”, segundo o jornal *O Estado de S. Paulo* (4/4/06). Em Quito, em 2003, já o notável economista havia dito que o crescimento gota a gota não leva a nada e recomenda que se supere a excessiva ênfase na inflação para atender mais à criação de empregos; que não se concentrem tanto na privatização de empresas existentes como em criar empresas novas. Ao observar que as políticas econômicas aumentaram os riscos dos

dessa massa de trabalhadores que se traslada diariamente; que faz com que haja 14 milhões de deslocamentos a pé, todos os dias, na região.

Também ignoramos que os necessários investimentos na infra-estrutura geram consideráveis impostos federais, municipais e estaduais, promovem empregos, que estimulam o consumo, dando origem a mais empregos e a mais impostos. O Programa Prioritário de

Transportes Metropolitanos, da Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM), do governo paulista, demonstrou que, investindo R\$ 18 bilhões no sistema, em sete anos a população passará a receber benefícios da ordem de R\$ 10 bilhões todos os anos.

As avaliações econômicas do Programa de Concessões Rodoviárias têm demonstrado que, para uma arrecadação tarifária de R\$ 3 bilhões em 2005, houve benefícios sociais de R\$ 4,5 bilhões, além de se haver criado um empreendimento

de R\$ 37 bilhões (valores originais) em 20 anos, forte alavancador da economia.

Em 1989 pudemos avaliar que um vigoroso programa habitacional geraria benefícios diretos e indiretos equivalentes a 75% dos valores investidos. Como as casas resultantes são vendidas, formar-se-ia um grande e progressivo fundo para a moradia popular, com fortes reflexos na auto-estima das pessoas, na educação, na saúde etc.

Então, os recursos existem, mas são desperdiçados. Falta uma política adequada de empreendimentos. ■



países, sem nada acrescentar à sua capacidade de enfrentá-los, Stiglitz afirmou que as reformas macroeconômicas não foram equilibradas: impulsionaram a privatização e o fortalecimento do setor privado, mas deram escassa importância ao melhoramento do setor público.

O crescimento e a modernização das infra-estruturas pode e deve ser compartilhado com a iniciativa privada. Mas, para isso, é preciso criar conceitos e mecanismos adequados de financiamento. Quando se argumenta que não há recursos para essa área, deixa-se de considerar, por exemplo, que a falta de transporte de massa na Região Metropolitana de São Paulo redunde no uso excessivo de automóveis e no congestionamento urbano, que custam cerca de 30 bilhões de reais por ano à população; que reduz em mais de 20% a produtividade

* Adriano Murgel Branco é engenheiro eletricista, formado pela Universidade Mackenzie/SP; foi secretário da Habitação e dos Transportes no Estado de São Paulo, nos anos 1980.

TCU veta uso do pregão para serviços de A&EC



O Sinaenco vem realizando diversas ações, desde o início de 2005, contra o uso do pregão eletrônico, ou leilão reverso, para a contratação de projetos de arquitetura e engenharia por parte de órgãos públicos. São cerca de 25 cartas, representações ou impugnações ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas, po-

sicionando-se pelo uso correto do pregão, ou seja, para a contratação de bens e serviços comuns. A favor dessa tese, instâncias jurídicas importantes, como o Tribunal de Contas da União (TCU), entre outros, não aceitam o uso do pregão, criado pela Lei 10.520/02, para a contratação de serviços técnicos especializados, entre eles as atividades desenvolvidas pelo setor de arquitetura e engenharia consultiva.

“Projetos de arquitetura e engenharia não são comuns, pois demandam análise detalhada do local em que será desenvolvido o empreendimento público, seja ele uma escola, um conjunto habitacional, um aeroporto ou uma hidrelétrica, por exemplo, e envolvem conhecimento específico”, explica Antonio Othon Pires Rolim, diretor executivo do Sinaenco. Ele compara ainda os serviços de A&EC com a compra de serviços de limpeza, ou de segurança, por exemplo: “São serviços importantes, sem dúvida, mas que não exigem um conhecimento específico, com graduação, pós-graduação e muitas vezes doutorado, como os

projetos de arquitetura e engenharia”.

O TCU marcou sua posição em duas recentes decisões, nos casos Ceron e Eletronorte. Depois de suspender cautelarmente pregão das Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron) para contratação de serviços de engenharia eletrotécnica, o TCU proferiu acórdão determinando que a Eletronorte não utilize a modalidade para contratações de serviços de consultoria com nível de complexidade similar ou superior ao objeto do pregão PR-GSG-5.2113, licitação questionada por empresa do setor de serviços.

O ministro relator de ambas as representações, Lincoln Magalhães da Rocha, afirmou que o pregão “é uma modalidade licitatória que se caracteriza pela redução da segurança em prol da Administração Pública. O conceito de bem ou serviço comum pressupõe a existência de um objeto destituído de peculiaridades que demandem indagação sobre a habilitação do fornecedor. (...) Logo, a utilização do pregão deve ser reservada para as hipóteses em que não há controvérsia lógica sobre a configuração de um bem ou serviço comum”.

Ao afirmar que não se pode utilizar pregão para contratar serviços especializados, o TCU forneceu mais um argumento para o Sinaenco utilizar no seu combate contra essa prática. O Sindicato continuará desenvolvendo ações, questionando o uso do pregão nas contratações públicas de projetos e visando à preservação e à valorização das atividades de projeto e gerenciamento. ■

Mais informações: www.sinaenco.com.br

BID desenvolve *check-list*

Em reunião ocorrida no início deste ano, em Washington (EUA), a União Pan-Americana de Associações de Engenharia (Upadi) discutiu a questão dos desastres naturais com a direção do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). No evento, o engenheiro Keith Keipi, um dos principais responsáveis técnicos do BID, propôs à direção da Upadi a participação na elaboração de um projeto interamericano visando à prevenção de catástrofes ocasionadas por problemas naturais, como furacões, tornados, ciclones e enchentes, entre diversas outras.

Segundo Cyro Laurenza, presidente do Conselho Técnico da Upadi e ex-presidente do Sinaenco, dezenas de especialistas em desastres naturais realizaram, no âmbito do programa proposto pelo BID para a América Latina e o Caribe (LAC), uma primeira parte relacionada a essas questões. Trata-se de um *check-list*, ao qual todos os envolvidos na realização de projetos financiados pelo banco deverão responder, desde a sua concepção inicial, primeiros estudos e durante todas as etapas para a realização e vida útil da necessidade em análise. O *check-list* está disponível no site da Upadi.

A Upadi, de acordo com Laurenza, solicita aos engenheiros, arquitetos e empresários do setor de A&EC que visitem o site da entidade e enviem seus comentários, “a fim de que possamos obter o melhor *check-list* possível para a próxima fase”. ■

Mais informações: www.upadi.org.br

Simple, mas ainda inacessível

Bandeira de luta do Sinaenco e das 420 entidades integrantes do Fórum do Empreendedor, a inclusão de empresas de profissionais regulamentados - como arquitetos e engenheiros - na lei do Simple (Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) ainda aguarda para ser atendida. No final de março, um projeto de lei nesse sentido (Lei Complementar 123), defendido pelo relator deputado Luiz Carlos Hauly, sofreu pressões da Receita Federal e acabou sendo derrubado na Câmara dos Deputados. Agora, a expectativa é de que essa decisão possa ser revertida pelo Senado, para onde o documento foi encaminhado. O Sinaenco segue à frente da mobilização e já solicitou uma audiência com o presidente do Senado, Renan Calheiros, para esclarecimento da demanda. A ordem para todos os interessados é ficar atento. ■

Para entender a lei

Em vigor desde 1997, o regime do Simple, ou lei 9.317 (recentemente modificado pela lei 11.307), é um dos principais tópicos do Estatuto da Micro e Pequena Empresa. O sistema beneficia pequenos comerciantes e prestadores de serviços, tais como cabeleireiros, encanadores e mecânicos, por simplificar a contabilidade e reduzir a carga tributária destes empresários - cria o imposto único e libera as empresas do preenchimento das chamadas obrigações acessórias, que oneram as receitas. ■